

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)

Avaliação, Políticas e Expansão
da Educação Brasileira 4



Willian Douglas Guilherme
(Organizador)

Avaliação, Políticas e Expansão da
Educação Brasileira 4

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
A945	<p>Avaliação, políticas e expansão da educação brasileira 4 [recurso eletrônico] / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Avaliação, Políticas e Expansão da Educação Brasileira; v. 4)</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-461-0 DOI 10.22533/at.ed.610191007</p> <p>1. Educação – Brasil. 2. Educação e Estado. 3. Política educacional. I. Guilherme, Willian Douglas. II. Série.</p> <p style="text-align: right;">CDD 379.981</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O livro “Avaliação, Políticas e Expansão da Educação Brasileira” contou com a contribuição de mais de 270 artigos, divididos em 10 volumes. O objetivo em organizar este livro foi o de contribuir para o campo educacional e das pesquisas voltadas aos desafios atuais da educação, sobretudo, avaliação, políticas e expansão da educação brasileira.

A temática principal foi subdividida e ficou assim organizada:

Formação inicial e continuada de professores - **Volume 1**

Interdisciplinaridade e educação - **Volume 2**

Educação inclusiva - **Volume 3**

Avaliação e avaliações - **Volume 4**

Tecnologias e educação - **Volume 5**

Educação Infantil; Educação de Jovens e Adultos; Gênero e educação - **Volume 6**

Teatro, Literatura e Letramento; Sexo e educação - **Volume 7**

História e História da Educação; Violência no ambiente escolar - **Volume 8**

Interdisciplinaridade e educação 2; Saúde e educação - **Volume 9**

Gestão escolar; Ensino Integral; Ações afirmativas - **Volume 10**

Deste modo, cada volume contemplou uma área do campo educacional e reuniu um conjunto de dados e informações que propõe contribuir com a prática educacional em todos os níveis do ensino.

Entregamos ao leitor a coleção “Avaliação, Políticas e Expansão da Educação Brasileira”, divulgando o conhecimento científico e cooperando com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Boa leitura!

Willian Douglas Guilherme

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
(DES) CAMINHOS DA AVALIAÇÃO DA QUALIDADE NOS CURSOS DE PEDAGOGIA NO BRASIL	
Jeferson Saccol Ferreira	
Elisa Christina Ferreira	
Júlio Alex Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.6101910071	
CAPÍTULO 2	22
A “COLA” NA AVALIAÇÃO DO ENSINO E APRENDIZAGEM NA VISÃO DE ALUNOS(AS) NA ESCOLA DE ENSINO MÉDIO SÃO SEBASTIÃO, APUIARÉS-CE	
Ivan Costa Lima	
Fabiana Almeida de Abreu	
DOI 10.22533/at.ed.6101910072	
CAPÍTULO 3	36
A AUTOAVALIAÇÃO COMO FERRAMENTA DE ESTÍMULO AO CRESCIMENTO PESSOAL E DE GRUPOS DE TRABALHO	
Bruna Larissa Maganhe	
Ana Luiza Carvalho de Oliveira Galvão	
Henrique Cancian	
Carmo Gabriel da Silva Filho	
Gustavo Cardoso Lima	
Nathalia Tami Nishida	
Iago Vinícius Teodoro Carraschi	
Bianca Freire Bium	
Bruna Alves Malheiros	
Mellory Martinson Martins	
Roberto Ruy Mendes de Araújo Filho	
Marcelo Machado De Luca de Oliveira Ribeiro	
DOI 10.22533/at.ed.6101910073	
CAPÍTULO 4	40
A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO DAS FACULDADES PRIVADAS DO SUL CATARINENSE	
Kelli Savi da Silva	
Antonio Serafim Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.6101910074	
CAPÍTULO 5	52
REFLEXÕES SOBRE O PROJETO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DE UMA UNIVERSIDADE MULTICAMPI: O CASO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA	
Rafael Martins Sais	
DOI 10.22533/at.ed.6101910075	

CAPÍTULO 6 63

A UTILIZAÇÃO DE ATIVIDADES PRÁTICAS PARA MELHORAR O DESEMPENHO DE ALUNOS NA PROVA BRASIL

Elenise Neuhaus Diniz
Carine Girardi Manfio
Carla Loureiro Alves Kleinubing
Felipe Klein Genz
Welington dos Santos Ruis

DOI 10.22533/at.ed.6101910076

CAPÍTULO 7 69

ARTICULAÇÃO ENTRE AVALIAÇÃO E PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL NA UNIVERSIDADE PÚBLICA

Walterlina Brasil
Clésia Maria de Oliveira
Aline Andriolo

DOI 10.22533/at.ed.6101910077

CAPÍTULO 8 82

AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL, SISTEMAS DE GESTÃO DE INFORMAÇÃO E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO

Maytê Cabral Mesquita
Maria Carolina Tomás
Kleber Jacques Ferreira de Souza
Leandro Figueira Lessa

DOI 10.22533/at.ed.6101910078

CAPÍTULO 9 93

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM DOS CONTEÚDOS ESCOLARES: UMA ANÁLISE INTERPRETATIVA PELO OLHAR DAS TEORIAS CRÍTICAS

Deli Vieira Silveira
João Luiz Gasparin

DOI 10.22533/at.ed.6101910079

CAPÍTULO 10 106

AVALIAÇÃO DA INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: INDICADORES E MAPEAMENTO DE PROCESSOS

Guilherme Krause Alves
Luciane Stallivieri
Rogério da Silva Nunes

DOI 10.22533/at.ed.61019100710

CAPÍTULO 11 119

AVALIAÇÃO DA PESQUISA DESENVOLVIDA NA UFSC EM PARCERIA COM AS SUAS FUNDAÇÕES DE APOIO

Carla Cerdote da Silva
Alexandre Marino Costa
Lilian Wrzesinski Simon
Alexandre Moraes Ramos

DOI 10.22533/at.ed.61019100711

CAPÍTULO 12	136
AVALIAÇÃO DE COTISTAS E NÃO COTISTAS: UMA ANÁLISE DO DESEMPENHO ACADÊMICO E DA EVASÃO EM UM CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO	
Amália Borges Dário Rogério da Silva Nunes	
DOI 10.22533/at.ed.61019100712	
CAPÍTULO 13	155
AVALIAÇÃO DE CURSOS E INSTITUIÇÕES: SISTEMA OU PROCESSO?	
Jacqueline Oliveira Lima Zago Vinícius Silva Flausino	
DOI 10.22533/at.ed.61019100713	
CAPÍTULO 14	166
AVALIAÇÃO DO ENSINO DA SUSTENTABILIDADE NOS MELHORES CURSOS DE GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA CIVIL DO BRASIL	
Juliana Ferreira Bezerra Moccock Felipe Guilherme de Oliveira Melo Ângela Tainá da Silva Monteiro Clarissa Nogueira Pessoa Isabela Nascimento Carneiro	
DOI 10.22533/at.ed.61019100714	
CAPÍTULO 15	183
AVALIAÇÃO FORMATIVA DOCENTE E DISCENTE EM DIFERENTES CONTEXTOS DA EDUCAÇÃO ESCOLAR E PROFISSIONAL: UMA REFLEXÃO COMPARATIVA	
Fernanda Sprada Lopes Silvana Mara Bernardi Rizotto Ivo José Both	
DOI 10.22533/at.ed.61019100715	
CAPÍTULO 16	189
INSTRUMENTOS PARA A AVALIAÇÃO DA QUALIDADE EM INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS	
Carin Carvalho Brugnara	
DOI 10.22533/at.ed.61019100716	
CAPÍTULO 17	203
NOVA PERSPECTIVA DE AVALIAÇÃO NAS LICENCIATURAS: A CONFECÇÃO E APLICAÇÃO DE RECURSOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS	
Ezequias Cardozo da Cunha Junior Augusto Helberty Silva	
DOI 10.22533/at.ed.61019100717	
CAPÍTULO 18	211
O AMBIENTE ESCOLAR: A RELAÇÃO ENTRE O ESPAÇO EDUCACIONAL E A APRENDIZAGEM	
Humberto Torres Gonzales	
DOI 10.22533/at.ed.61019100718	

CAPÍTULO 19	217
POLÍTICAS PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR E EVOLUÇÃO DE INDICADORES DE QUALIFICAÇÃO DOCENTE ENTRE 1995 E 2013: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO	
Alexandre Ramos de Azevedo	
DOI 10.22533/at.ed.61019100719	
CAPÍTULO 20	235
REFLEXÃO NARRATIVA E ANÁLISE DA MINHA PRÁTICA COMO DOCENTE	
Rubens Paulo Santos	
DOI 10.22533/at.ed.61019100720	
CAPÍTULO 21	251
RELAÇÃO DOS INDICADORES DE AVALIAÇÃO COM <i>PERFORMANCE</i> : O CASO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR COMUNITÁRIAS	
Jênifer de Brum Palmeiras	
Denize Grzybovski	
DOI 10.22533/at.ed.61019100721	
CAPÍTULO 22	271
TECNICAS MISTAS DE COLETA DE DADOS EM PESQUISA QUALITATIVA. PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DAS PRÁTICAS AVALIATIVAS DOS PROFESSORES ESPECIALISTAS DA UNNE	
Rocio Mariel Obez	
Laura Isabel Avalos Olivera	
Marlene Soledad Steier	
Milena María Balbi	
DOI 10.22533/at.ed.61019100722	
CAPÍTULO 23	284
USO DE ABORDAGEM QUALITATIVA EM PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO	
Neide Aparecida de Souza Lehfeld	
Edilson Carlos Caritá	
Manoel Henrique Cintra Gabarra	
Carlos Eduardo Saraiva Miranda	
DOI 10.22533/at.ed.61019100723	
CAPÍTULO 24	294
POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: FLUÊNCIA TECNOLÓGICO-PEDAGÓGICA NA REDE E-TEC BRASIL UFSM	
Sabrina Bagetti	
Alessandro Carvalho Miola	
Elena Maria Mallmann	
DOI 10.22533/at.ed.61019100724	
SOBRE O ORGANIZADOR	309

AVALIAÇÃO DA PESQUISA DESENVOLVIDA NA UFSC EM PARCERIA COM AS SUAS FUNDAÇÕES DE APOIO

Carla Cerdote da Silva

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC
Florianópolis - SC

Alexandre Marino Costa

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC
Florianópolis - SC

Lilian Wrzesinski Simon

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC
Florianópolis - SC

Alexandre Moraes Ramos

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC
Florianópolis - SC

RESUMO: Este artigo tem como objetivo avaliar os projetos de pesquisa cujos recursos são gerenciados pelas Fundações de Apoio (FAs) credenciadas da UFSC durante o período de 2010 a 2014, demonstrando as áreas de produção de conhecimento desenvolvidas na instituição que contaram com o financiamento de órgãos públicos e privados. Nesta ótica, buscou-se apresentar um panorama da evolução, abrangência e multidisciplinaridade que envolve estes projetos, tomando como base para avaliação algumas das premissas estabelecidas pelo SINAES. A metodologia adotada foi a pesquisa descritiva com abordagem quali-quantitativa com o uso de fontes bibliográficas e documentais. As informações obtidas nos

sites eletrônicos das FAs, demonstram que a pesquisa na UFSC apresenta em um estágio evolucionista, demonstrando um crescimento contínuo com o passar dos anos, e destacando os seus principais financiadores. A importância da multidisciplinaridade é ressaltada evidenciando o comprometimento público em áreas como a saúde, infraestrutura pública e indústria, o que reflete uma preocupação com o desenvolvimento social e econômico do país. Pode-se concluir ainda que os resultados desta pesquisa contribuem para a definição de ações da gestão universitária, conforme as dimensões inerentes ao SINAES.

PALAVRAS-CHAVE: Projetos de pesquisa, Gestão universitária, Fundações de apoio.

ABSTRACT: This article aims to evaluate the research projects whose resources are managed by UFSC accredited Support Foundations (FAs) during the period from 2010 to 2014, demonstrating the areas of knowledge production developed in the institution that counted on funding from public and private agencies. In this perspective, we sought to present an overview of the evolution, scope and multidisciplinarity that involves these projects, taking as a basis for evaluation some of the premises established by SINAES. The methodology adopted was descriptive research with a quali-quantitative approach with the use

of bibliographic and documentary sources. The information obtained from the FAs' websites demonstrates that the research at UFSC presents an evolutionary stage, demonstrating a continuous growth over the years, and highlighting its main financiers. The importance of multidisciplinary is highlighted highlighting the public commitment in areas such as health, public infrastructure and industry, which reflects a concern for the social and economic development of the country. It can also be concluded that the results of this research contribute to the definition of university management actions, according to the inherent dimensions of SINAES.

KEYWORDS: Research projects. University management. Support foundations.

1 | INTRODUÇÃO

A pesquisa científica é entendida como uma atividade prática, orientada, na busca de resultados socialmente significativos, sendo inseparável da tecnologia. É vista também como uma atividade cultural que visa a geração de novos conhecimentos em todas as áreas (JANKEVICIUS, 1995).

No contexto internacional, a pesquisa desenvolveu-se durante o Século XIX, graças aos investimentos governamentais realizados nos Estados Unidos (EUA) e a participação efetiva do setor privado, que a financiou junto às universidades de pesquisa norte-americanas (hoje consideradas as melhores do mundo) após a decadência dos investimentos públicos no século seguinte (KERR, 2005; SCHWARTZMAN, 2008).

Em países como o Brasil, considerado uma economia emergente, a pesquisa universitária chegou tardiamente, obtendo progressos apenas a partir da segunda metade do século XX. A dependência dos interesses governamentais aliada à falta de recursos restringiu o desenvolvimento das universidades brasileiras por um longo período, retardando as transformações em seu interior e obrigando-as a uma reação de adaptação às mudanças sociais, econômicas e políticas impostas pelo mercado globalizado, num cenário em que devem agir como impulsionadoras das ações inovadoras, frente as necessidades da sociedade (GUSSO, 2008; SCHWARTZMAN, 2008).

Essa mesma tendência marca presença na América Latina, onde a pesquisa é predominantemente acadêmica e ocorre no interior das universidades. Neste contexto, o financiamento de ações e projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) depende principalmente de ações governamentais (SCHWARTZMAN, 2008).

Apesar da criação de vários institutos de pesquisa independentes, no Brasil, a universidade pública ainda é onde se concentra a maior frente de realização da pesquisa (GUSSO 2008; AZEVEDO, 2016). Para suplantar suas limitações, as universidades buscam aumentar suas fontes de financiamentos alternativos, por meio de contratos de transferência de tecnologia e serviços de consultoria, em linhas de pesquisa que favorecem áreas com maior poder econômico, em detrimento de outras com menor capacidade de articulação (VEGA, 2009).

As parcerias das universidades com os institutos de pesquisa e com a iniciativa

privada ocorre por intermédio das Fundações de Apoio (FAs) (AZEVEDO, 2016). Essas instituições, de natureza privada e sem fins lucrativos, atuam de forma independente no interior das Instituições de Ensino Superior (IES) gerenciando projetos de ensino, pesquisa e extensão e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico, inclusive na gestão administrativa e financeira necessária à sua execução (SILVA *et al*, 2016).

A análise dos projetos de ensino, pesquisa e extensão apoiados pelas FAs no interior da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) no ano de 2015, realizada por Silva *et al* (2016), constatou a implementação anual de 70 projetos que movimentam em média R\$ 106.000.000,00 distribuídos em seus 11 Centros de Ensino e contemplando áreas do conhecimento diversificadas, sendo que o Centro Tecnológico (CTC) e o Centro de Ciências da Saúde (CCS) são os que mais se destacam nessa movimentação.

A compreensão da abrangência dos projetos de pesquisa desenvolvidos na UFSC perpassa pelo aprofundamento dessa investigação, buscando tecer um panorama da pesquisa realizada na instituição e suas contribuições para o desenvolvimento científico, social e tecnológico.

Nesta perspectiva, foram consideradas as diretrizes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) que apresenta as políticas de pesquisa como uma das dimensões necessárias na avaliação institucional, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, considerando as diferentes dimensões institucionais e respectivas formas de operacionalização, de acordo com a Lei nº 10.861/2004, que instituiu esse sistema avaliativo.

Frente ao exposto, este artigo faz uma avaliação da abrangência dos projetos de pesquisa apoiados pelas FAs no interior da UFSC durante o período de 2010 a 2014, demonstrando as áreas de produção de conhecimento desenvolvidas na instituição que contaram com o financiamento extraordinários. Esta abordagem destaca aspectos relacionados ao avanço da ciência na pesquisa universitária e visa identificar as pesquisas realizadas na instituição, as políticas adotadas e as respectivas formas de operacionalização dos projetos, considerando os preceitos avaliativos do SINAES.

2 | O DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA NA PESQUISA UNIVERSITÁRIA

A concepção de universidade difere das demais IES por se caracterizar como espaço fecundo para a produção de conhecimento e disseminação da cultura. Esta prerrogativa expressa no arcabouço legal que norteia a educação superior, remonta ao surgimento da universidade no Brasil. Entretanto, por muito tempo, o desenvolvimento da pesquisa e da extensão universitária não encontraram espaço para evoluir na prática diante da falta de autonomia relegada a estas instituições (GUSSO, 2008). Isso fez com que as universidades, que deveriam agir proativamente no desenvolvimento

da pesquisa, adotassem uma ação reativa frente as transformações exteriores.

A pesquisa é uma das principais formas de produção de conhecimento científico no contexto acadêmico, possibilitando o desenvolvimento de novas fórmulas e soluções para a sociedade. O conhecimento científico produzido na universidade é matéria prima para a consecução das mudanças que a sociedade precisa para se auto sustentar e crescer, sendo uma das bases que identifica a universidade e a diferencia das demais IES como um instrumento de busca da valorização da educação, ciência e tecnologia (BRASIL, 1996; GUSSO, 2008).

A reforma universitária de 1968 alterou o perfil da universidade brasileira, criando um novo modelo, caracterizado pela indissociabilidade entre ensino e pesquisa. Foi assim que surgiram as universidades públicas de pesquisa, distribuídas em diferentes regiões do país, especialmente em grandes cidades e capitais. Essa nova configuração possibilitou a ampliação do número de vagas para estudantes e pesquisadores (GUSSO, 2008).

Os avanços na área de pesquisa universitária no Brasil tiveram um sobressalto na década de 70, especialmente durante o período de vigência do segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) quando a pesquisa e a pós-graduação ganharam impulso com mestrados e doutorados no estilo norte-americano. Essas ações transformaram o perfil da universidade pública brasileira, de instituições profissionalizantes para instituições de pesquisa, mas admitiram um ritmo mais lento a partir de 1980 com a redução de investimentos, causada pelas sucessivas crises que assolaram a economia e afetaram o orçamento das universidades públicas, levando-as a buscarem parcerias externas (SCHWARTZMAN, 2008).

Nas últimas décadas, a globalização do conhecimento e o desenvolvimento tecnológico tiveram como consequência um salto qualitativo para a ciência do terceiro mundo, imposta por centros de pesquisa desenvolvidos, modificando a relação entre universidade e sociedade e com o Estado (VEGA, 2009). Contudo, as dificuldades em competir com os grandes institutos de pesquisa internacionais financiados com vultuosos montantes financeiros oriundos da iniciativa privada ainda são latentes nos países que se encontram em fase de desenvolvimento como o Brasil (SCHWARTZMAN, 2008).

A captação de recursos de fundos internacionais exerce um impacto ainda maior nesses países, mas não consegue competir com as nações supradesenvolvidas, como os EUA, por exemplo. A concessão de incentivos fiscais para as empresas é uma alternativa usada pelos governantes para instigá-las a investir em pesquisa (GUIMARÃES, 2008). Contudo, nessas nações ainda são as universidades públicas que detêm participação mais significativa nesse processo.

Da mesma forma, as universidades públicas brasileiras são as instituições que detêm a uma grande parcela de responsabilidade no desenvolvimento da pesquisa no Brasil, dedicando-se especialmente à pesquisa pura, aquela que serve de base de conhecimento e inovação para aplicação prática posterior, atendendo a fins específicos.

O fato de poderem contar com a parceria das FAs abre-lhes a possibilidade de ampliar o lócus de captação de recursos em esferas não estatais ou públicas, uma vez que os investimentos em pesquisa ainda são limitados.

Na visão de Schwartzman (2008) essa relação é uma alternativa para enfrentar os rigores burocráticos que impedem essas instituições de vender serviços, gerar recursos próprios e desenvolver de forma independente projetos de P&D com o aporte de recursos da esfera privada.

As parcerias das universidades com o setor produtivo permitem um alinhamento da pesquisa científica com as áreas de sustentação da economia e da sociedade, trazendo soluções que o mercado por si não teria condições de desenvolver e que na universidade é barrada pela falta de estrutura. Estas parcerias crescem também pelo fato de que as universidades “são as responsáveis pela formação de recursos humanos para a pesquisa e para o trabalho, resultando na criação de conhecimentos inovadores basilares do desenvolvimento do sistema tecnológico e inovativo das empresas” (AZEVEDO, CÁRIO E MELO, 2014, p. 11).

A celebração de parcerias com as FAs é fundamental para o financiamento e desenvolvimento da pesquisa e da inovação nas universidades, por contribuírem para um estreitamento entre o meio acadêmico e o setor produtivo, superando as limitações impostas pelos regimes normativos e pela competitividade do mercado, que exigem mudanças rápidas, inovativas e transformadoras, mas não oferecem as condições para que elas ocorram de maneira isolada nestes ambientes (AZEVEDO, CÁRIO E MELO, 2014).

2.1 A avaliação dos projetos de pesquisa na ótica do sinaes

As políticas desenvolvimentistas adotadas no Brasil durante a década de 70 protagonizaram o desenvolvimento da pesquisa, sendo também precursoras da avaliação institucional, oficializada nos anos 80 e fortalecida a partir de 1990, acompanhando as transformações das políticas públicas estruturais da educação superior (GOUVEIA *et al*, 2005).

A década de 90 marcou a acentuação das parcerias com as FAs no contexto universitário, devido especialmente à racionalidade financeira enfrentada pelas IES públicas. Nesse mesmo período houve a expansão do ensino superior privado como alternativa de enfrentamento à crise financeira e educacional, o que tornou ainda mais latente a necessidade de avaliação do ensino superior ofertado pelas IES (DIAS SOBRINHO, 2010).

A prática da avaliação foi reforçada pela função de regulação e controle predominante sobre a formação e emancipação institucional, considerada uma atividade essencial para o aperfeiçoamento acadêmico, a melhoria da gestão universitária e a prestação de contas de seu desempenho para a sociedade.

A implantação do SINAES foi ao encontro dos desafios que se apresentavam

na educação superior, procurando superar as deficiências observadas nos métodos avaliativos anteriores, com a adoção de novas métricas para o processo de avaliação (DIAS SOBRINHO, 2010).

Esse sistema avaliativo foi criado com a finalidade de analisar os resultados das políticas adotadas pelas instituições, bem como avaliar os cursos e o desempenho dos estudantes. A avaliação realizada pelo SINAES considera aspectos como ensino, pesquisa, extensão, responsabilidade social, gestão da instituição e corpo docente, reunindo informações acerca do desempenho dos estudantes, das avaliações institucionais e da avaliação dos cursos para embasar as políticas públicas quanto às condições de cursos e instituições segundo os parâmetros legais (SINAES, 2004).

A avaliação institucional possui um importante papel nas políticas de Educação superior no Brasil como forma de constatação do crescimento da educação tanto em termos absolutos como relativos, trazendo ao Estado a indispensabilidade da informação e da prestação de contas da qualidade e da amplitude dos serviços que as IES prestam à sociedade. Nesta perspectiva, a segunda dimensão avaliativa do SINAES refere-se às “políticas de ensino, pesquisa, pós-graduação e extensão e suas respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades” (BRASIL, 2004, s.p.).

No tocante a pesquisa, a avaliação do SINAES contempla dois núcleos: o núcleo básico e comum, onde faz uma abordagem sobre a relevância social e científica da pesquisa em relação aos objetivos institucionais, os vínculos e contribuição da pesquisa para o desenvolvimento local/regional e as políticas e práticas institucionais de pesquisa para a formação de pesquisadores; e, o núcleo de temas optativos, voltado para as IES que desenvolvem a pesquisa acadêmica, onde questiona-se dentre outros, se a sua produção científica é coerente com a sua missão e com os investimentos e políticas propostas para o seu desenvolvimento, as necessidades sociais e as exigências da ciência e se os projetos recebem apoio de agências de fomento (SINAES, 2004).

No mesmo diapasão, a comunicação desponta como um meio de apresentação dos resultados das ações de pesquisa da universidade para a sociedade, contribuindo na gestão do processo avaliativo, ressaltando os seus compromissos e benefícios, demonstrando o valor da instituição, a importância da universidade ao público externo, o seu real papel social e a obrigação de reafirmar a sua missão de IES pública e responsável pelo desenvolvimento da sociedade onde se insere (VIEIRA; FREITAS, 2010).

3 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O desenvolvimento desta análise visa demonstrar as contribuições da pesquisa universitária para o desenvolvimento da ciência, da tecnologia e inovação, e a

participação da UFSC neste contexto em parceria com as quatro FAs credenciadas, que atuam em seu interior, demonstrando o panorama da pesquisa desenvolvida a partir dos dados disponibilizados nos sítios eletrônicos destas fundações.

A classificação da pesquisa segue os pressupostos de Vergara (2013), sendo, quanto aos fins, descritiva, e quanto aos meios, bibliográfica e documental (GIL, 2002; LAKATOS E MARCONI, 2003), pois busca em seu detalhamento descrever as características dos projetos de pesquisa desenvolvidos pela UFSC em parceria com as FAs participantes desta análise, que são: a Fundação José Arthur Boiteux (FUNJAB), Fundação de Ensino e Engenharia de Santa Catarina (FEESC), a Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária (FAPEU) e a Fundação de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas (FEPESE).

Essas entidades são responsáveis pela movimentação de projetos de pesquisa e extensão da UFSC através de recursos extraordinários, configurando-se como parceiras importantes no desenvolvimento das atividades finalísticas da instituição.

As fontes de pesquisa e o caminho percorrido para a consulta dos projetos nos sites eletrônicos e a coleta das informações referentes aos projetos apoiados apresentam-se ilustrados no quadro 1:

FUNDAÇÃO	SITE ELETRÔNICO	MENU	INFORMAÇÕES
FEPESE	http://novosite.fepese.org.br/	Projetos	Projeto (no) – Contrato (no) – Nome do Projeto – Abertura – Encerramento e status
FEESC	http://www.feesc.org.br/site/	Transparência – Projetos em Execução	Convênio/contrato – Título – Assinatura – Início-Fim – no do processo na UFSC e Status
FUNJAB	http://funjab.ufsc.br/wp/	Projetos	Contrato (no) – Título – Abertura – Encerramento e status
FAPEU	http://www.fapeu.com.br/	Transparência - portal da transparência - Projetos	Projeto (no) - Título - Início - Fim - Órgão - Departamento - Instrumento - No. no SPA - Tipo

Quadro 1 - Fontes de pesquisa e locais da coleta de informações.

Fonte: Elaborado pelos autores.

O quadro 1 mostra os sites eletrônicos utilizados como fonte de pesquisa e o menu onde ocorreu a coleta das informações conforme se encontravam disponíveis no período da consulta, que ocorreu no período de 06 de outubro de 2016 a 25 de novembro de 2016. Portanto, as categorias de análise provêm dos próprios dados, tendo como escopo o detalhamento da área de conhecimento de cada projeto de pesquisa desenvolvido em parceria com as fundações

Os dados foram tabulados em planilhas formatadas de acordo com a especificidade de cada FA, visto que os caminhos apresentados para consulta são diferenciados e precisaram ser classificados de forma que permitam filtrar as

informações comuns disponibilizadas, tornando possível a realização de uma avaliação fidedigna, sem comprometer o seu objetivo.

A forma de disponibilização das informações publicadas nos sites das FAs analisadas foi um fato limitador da pesquisa, visto que cada uma delas apresenta as informações referentes aos projetos de pesquisas apoiados, em um formato próprio, não havendo a definição de um padrão estabelecido para a publicidade de algumas informações.

A delimitação temporal da pesquisa compreende os projetos de pesquisa apoiados pelas quatro fundações que atuam na UFSC no período de 2010 até 2014, o que confere os elementos necessários para avaliar a abrangência da pesquisa desenvolvida na universidade e, conseqüentemente, as áreas que se destacam na produção de científica.

4 | A PESQUISA REALIZADA NA UFSC EM PARCERIA COM AS FUNDAÇÕES DE APOIO

A UFSC é uma instituição que se destaca na área de pesquisa e conta com a intermediação das parcerias firmadas com as FAs. A instituição possui 4 *campi* e 11 Centros de Ensino onde são realizadas atividades de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e estímulo à inovação. A pesquisa, juntamente com a extensão, estão entre os principais objetos de parcerias com as quatro FAs que atuam no seu interior, demonstrado pelo volume de recursos movimentados (SILVA *et al*, 2016).

De acordo a RN n° 47/CUn/2014 da UFSC, a pesquisa é a principal forma para a produção de conhecimento e inovação na universidade, através da transversalidade e interdisciplinaridade, apresentando-se fundamental para a formação e qualificação de seu corpo docente, técnico administrativo e discente. A qualificação e ampliação da infraestrutura de pesquisa de interesse da universidade é, estabelecida por meio de convênios, contratos e instrumentos correlatos com entidades públicas ou privadas, nacionais ou internacionais, que beneficiem a atividade de pesquisa (UFSC, 2014).

A pesquisa realizada na UFSC é supervisionada pela Pró-reitoria de Pesquisa (PROPESQ). A Pró-Reitoria de Pesquisa busca contribuir para a concretização e o fortalecimento do papel social da UFSC nas áreas de pesquisa e inovação tecnológica por meio de políticas institucionais, do desenvolvimento e manutenção de sistemas de informação sobre projetos e atividades relacionados a essas áreas com divulgação dos resultados das pesquisas realizadas no âmbito da Universidade (UFSC, 2016).

As normas que regulamentam as relações entre a UFSC e as suas FAs constam na RN n° 13/CUn/2011. Essa resolução prevê a celebração de convênios e contratos com prazos determinados entre a UFSC e as FAs devidamente credenciadas, a fim de conceder apoio à ações de extensão, projetos de ensino, pesquisa e de desenvolvimento

institucional, científico e tecnológico, inclusive na gestão administrativa e financeira estritamente necessária à execução desses projetos e ações, desde que observados os ditames legais e as regras estabelecidas nesta normativa (BRASIL, 2011).

Nesta abordagem serão avaliados os projetos de pesquisa desenvolvidos com recursos financeiros oriundos de agências de fomento, organizações, fundações, empresas públicas e privadas, órgãos governamentais nacionais ou internacionais ou ainda provenientes de receitas obtidas com licenciamento de propriedade intelectual, utilizando como fonte de pesquisa, as informações disponibilizadas no sítio eletrônico das FAS que atuam na UFSC.

O projeto de pesquisa é uma proposta de investigação com prazo determinado, objetivos específicos e metodologias apropriadas que visa a obtenção de resultados, a geração de novos conhecimentos e a ampliação dos conhecimentos existentes (UFSC, 2014).

Após a tabulação dos dados obtidos a partir da base inicial de busca no site das FAs foi estabelecido um filtro, contemplando as informações consideradas importantes para a análise dos projetos de pesquisa evidenciados no período de 2010 a 2014, de acordo com o propósito desta abordagem. Este filtro inclui as fundações, o ano, o início e fim de cada contrato/convênio, o total de anos de desenvolvimento dos projetos, o objetivo, o departamento e o centro o valor e o órgão financiador.

No período analisado, foram disponibilizadas informações referentes a 144 projetos de pesquisas distribuídos durante 5 anos, apoiados entre as FAs com a UFSC, não estando contabilizados neste total, os projetos de pesquisa das demais IES em que as FAs atuam e nem os projetos de ensino e extensão, conforme evidenciado no gráfico 1:

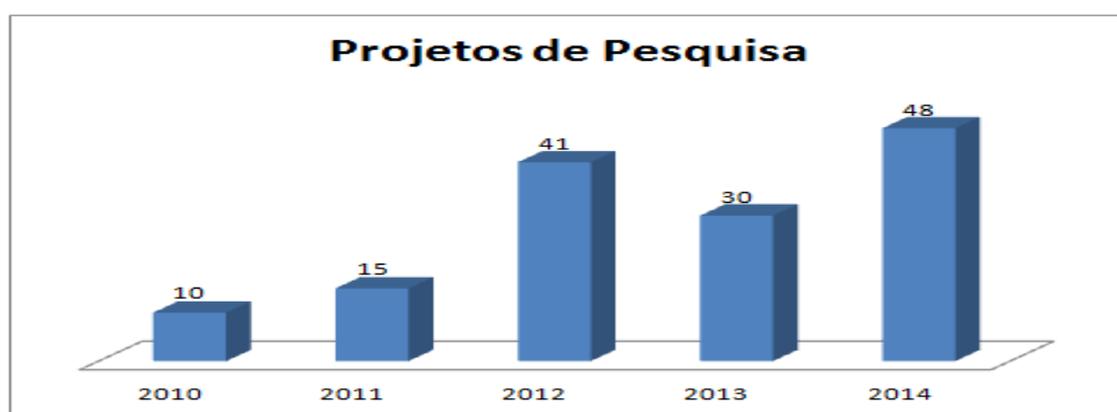


Gráfico 1: Total de projetos de pesquisa 2010-2014.

Fonte: Elaborado pelos autores.

O Gráfico 1 apresenta em dados absolutos o volume de projetos apoiados no decorrer período, ilustrando a evolução do quantitativo da pesquisa desenvolvida na UFSC em parceria com as FAs. Considerando o total de projetos do ano de 2014

(48 projetos) em relação aos projetos de 2010 (10 projetos), foi calculada a variação proporcional relativa à evolução do volume de projetos apoiados nesse período, o que resultou em um crescimento de 380%, ou seja, através desse cálculo constatou-se que a UFSC vem expandindo o seu rol de pesquisa, com um crescimento quantitativo na produção e ampliação do conhecimento, gerado pela operacionalização de projetos científicos, que sugerem a ampliação da pesquisa de acordo com as políticas públicas de educação nacional.

O gráfico 2 demonstra a distribuição da quantidade de recursos gerenciados no período entre 2010 e 2014 em projetos de pesquisa, o que totalizou R\$ 280.813.350,04.

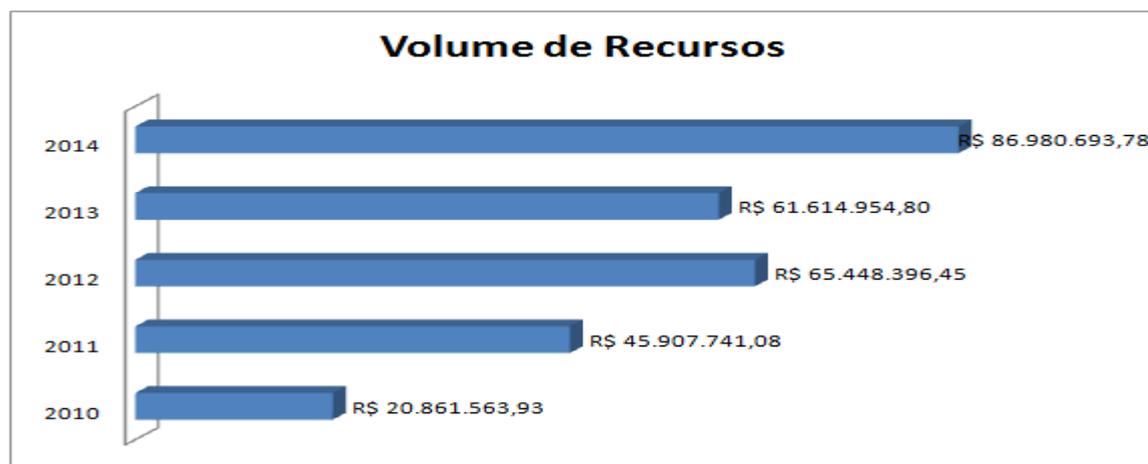


Gráfico 2: Total de Recursos em projetos de pesquisa.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Quanto ao volume de recursos, verifica-se uma variação proporcional positiva em relação à quantidade de projetos, excetuando o ano de 2013, que não seguiu essa tendência e apresentou uma redução de 26,83% em relação ao número de projetos (gráfico 1), o que em matéria de valores significou a redução de apenas de 5,85% (gráfico 2).

Ao avaliar o total de investimento em pesquisa no decorrer do período, observa-se que os recursos extraorçamentários são significativos, o que corrobora com a participação e interesse do cunho externo da pesquisa nas universidades e a sua abrangência no contexto orçamentário, visto que estes investimentos além de fomentar o orçamento e o crescimento da pesquisa, trazem benefícios institucionais através da retenção de taxas, de acordo com a RN nº 47/Cun/2014, bem como refletem no reforço da estrutura de apoio administrativo e técnico, com pagamento de bolsas para docentes, alunos e técnicos administrativos, contratação de demais serviços e expansão de laboratórios de pesquisa.

Atendendo as políticas e práticas institucionais de pesquisa para a formação de pesquisadores estipuladas pelo SINAES, os projetos desenvolvidos na instituição abrangem a comunidade acadêmica como um todo, contribuindo para a ampliação do

processo da formação do corpo docente, discente e técnico administrativo da UFSC, visto ser uma das atribuições definidas pelo art.10 da RN nº 47/CUn/14 a participação efetiva do corpo discente, docente e técnico da UFSC no desenvolvimento das pesquisas realizadas.

Os valores do gráfico 2 não foram disponibilizados na íntegra, porque uma das FAs não apresentou valores resguardados por sigilo contratual, o que não permitiu a demonstração global do montante de recursos movimentados.

No tocante ao financiamento dos projetos de pesquisa, as fontes foram bastante diversificadas, englobando áreas do contexto nacional, tanto públicas quanto privadas, conforme apresentado no quadro 2.

O Art. 3 da RN 47/CUn/14 relaciona a forma de financiamento dos projetos de pesquisa, classificando-os por tipo:

I – Tipo I - projetos financiados por agências de fomento internacionais, federais, estaduais ou municipais;

II – Tipo II - projetos financiados por entidades ou organizações públicas ou privadas;

III – Tipo III - projetos financiados na forma de descentralização de recursos por entes governamentais, regulamentados por resolução específica, conforme determinado pela Lei no. 8.958, de 20 de dezembro de 1994;

IV - Tipo IV - projetos sem financiamento ou com recursos próprios.

Considerando o número de órgãos públicos e de empresas privadas que financiaram projetos de pesquisa, foi efetuada uma subclassificação de acordo com a RN 47/CUn/14. O quadro 2 apresenta essa nova classificação, distribuída de acordo a natureza e o tipo de organização:

CLASSIFICAÇÃO	NATUREZA	FINANCIADORES
Agência de Fomento Internacional	Pública	Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento – Pnud.
Agência de Fomento Federal	Pública	ANTAQ - Agência Nacional de Transporte Aquaviário; ANTT- Agência Nacional de Transportes Terrestres; FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação; FINEP/FNDC - Financiadora de Estudos e Projetos; CNPQ - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico; BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e social; FAPESC - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Santa Catarina.
Agência de Fomento Federal e Entidade ou Organização Privada	Público/ Privada	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, Whirlpool SA; Finep, AGM Consultores Associados LTDA; Finep, Brabo - Indústria e Comércio LTDA; Finep, Embraer S.A; Finep, MDT Indústria e Comércio de Implantes Ortopédicos LTDA e FINEP/ SISOLDA.

Descentralização de Recursos	Pública	CERTI - Fundação Centro de Referência de Tecnologia Inovadora e UFSC.
Entidades ou Organizações Públicas	Pública	FUNASA – Fundação Nacional de Saúde; FNS – Fundo Nacional da Saúde;; FES – Fundo Estadual da Saúde; MPOG – Ministério do Planejamento , desenvolvimento e Gestão; MMA – Ministério do Meio Ambiente; MIN – Ministério da Integração Nacional; ME – Ministério de Esportes; MPA – Ministério da Pesca e Aquicultura; MS – Ministério da Saúde; MEC – Ministério da Educação; MCTI - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; MIN – Ministério da Integração; MT – Ministério dos Transportes; MJ – Ministério da Justiça; SEPM - Secretaria Especial De Política Para Mulheres.
Entidades ou Organizações Privadas	Privada	PETROBRÁS - Petróleo Brasileiro S.A; EMBRAER - Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A.; WEG Equipamentos Elétricos; Guascor do Brasil Ltda; VTT Brasil - Pesquisa e Desenvolvimento Ltda; SPS - Sistemas e Processos de Soldagem; Intelbras S.A; Pamplona Frigorífico Riosulense; Malwee Malhas Ltda; Reason Tecnologia; Whirlpool S.A; Metalúrgica W3sat; Saint-Gobain do Brasil Produtos Industriais e para Construção LTDA.

Quadro 2 - Subclassificação de investidores.

Fonte: Elaborado pelos Autores.

A distribuição expressa no quadro 2 comprova a pluralidade de investidores em pesquisa, apontando uma diversidade de projetos que abrangem as mais variadas áreas de interesse, apresentando parcerias em todas as classificações disponíveis, que contemplam desde de Órgãos de Fomento Internacional até entidades e organizações privadas.

Esta distribuição fornece elementos que permitem uma avaliação com informações necessárias para a tomada de decisões de caráter político, pedagógico e administrativo, de melhoria institucional, autorregulação, emancipação, elevação da capacidade educativa e do cumprimento das demais funções públicas, que são requisitos necessários para IES nos seus processos avaliativos.

A tabela 1 apresenta a distribuição dos investimentos destes financiadores, de acordo com a classificação adotada. Para uma melhor visualização é utilizada a natureza do investimento durante o período da análise, distribuídos em: público, público/privado e privado.

Natureza/Ano	2010	2011	2012	2013	2014
Privada		13.349.350,53	31.234.619,69	12.808.552,21	23.335.721,38
Pública	20.861.563,93	32.558.390,55	27.302.376,76	47.008.649,09	31.824.632,56
Público/privada			6.911.400,00	1.797.753,50	31.820.339,84
Total geral	20.861.563,93	45.907.741,08	65.448.396,45	61.614.954,80	86.980.693,78

Tabela 1: Distribuição de Investimento por natureza/Ano.

Fonte: Elaborada pelos autores.

Com base nos dados da tabela 1 constata-se que os investidores de natureza pública mantêm regularidade nos investimentos, pois em todos os anos houve aplicação recursos públicos na pesquisa, o que confirma os pressupostos da existência das FAs, com a desburocratização dos processos nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES).

Verifica-se também que os investimentos aumentaram com o passar dos anos, sendo que 2014 se destaca pelo volume de recursos e também pelo crescimento das parcerias público/privadas nos projetos, representando uma proporção de 37% destes investimentos.

Essa demonstração revela o caráter evolucionista adquirido pela pesquisa, condizente com uma mudança gradual no perfil institucional da UFSC, outrora dependente principalmente dos investimentos do orçamento geral da união.

Este demonstrativo faz parte do núcleo de temas optativos da pesquisa de acordo com o SINAES, considerando que responde à questão sobre o recebimento de apoio de agências de fomento para o desenvolvimento da pesquisa da instituição, comprovando que no ano de 2014 a UFSC recebeu o correspondente a R\$ 86.980.693,78 para o desenvolvimento de projetos de pesquisa.

A diversificação por parte dos investidores em pesquisa, comprova que gradualmente a pesquisa tem conquistado espaço no mercado e junto à sociedade, construindo conhecimentos em diversas áreas, o que permite a criação de soluções tecnológicas e inovativas, a formação de profissionais especializados para atuarem no interior da instituição, integrando um quadro de pesquisadores e trabalhadores que contribuem para a produção científica e tecnológica.

No que concerne às linhas de pesquisa desenvolvidas, de acordo com os objetivos, verificou-se um total de 117 durante o período supracitado, voltadas às mais variadas áreas de conhecimento.

Para possibilitar uma avaliação sobre a multidisciplinaridade da pesquisa, foi feita uma classificação, determinada de acordo o investidor e a área de pesquisa, o que resultou em uma subclassificação de 17 categorias, A subclassificação foi necessária para o fornecimento de uma base de dados com maior relevância sem dispersar-se do foco central. O gráfico 4 estabelece um panorama das áreas pesquisadas na instituição e a totalização de projetos desenvolvidos em cada área.

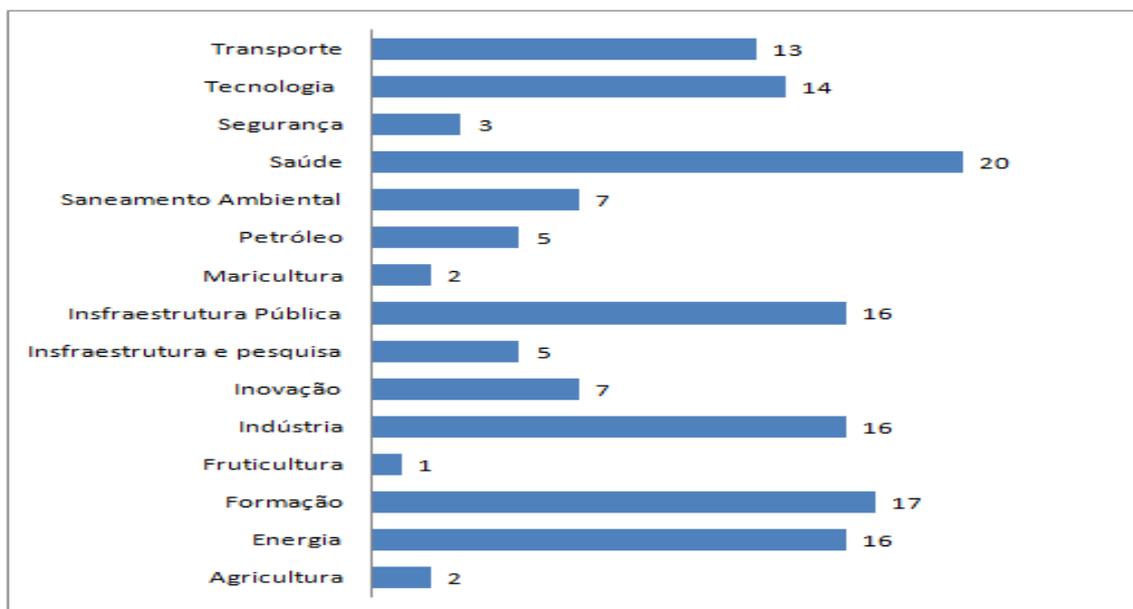


Gráfico 4: Classificação das linhas de pesquisa.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Ante o exposto, cabe salientar que esta subclassificação corresponde a pesquisas com um amplo grau de abrangência, de acordo com os objetivos avaliados. Como destaque é evidenciado o desenvolvimento de pesquisas nas áreas da saúde, seguida por formação, infraestrutura pública, indústria, energia, tecnologia, transporte, saneamento ambiental, inovação, petróleo, infraestrutura e pesquisa e após por segurança, maricultura, agricultura e fruticultura.

Considerando a abrangência da pesquisa apresentada, de acordo com as áreas de atuação, verifica-se que os projetos financiados e gerenciados através de parcerias com as FAs, visam atender a sociedade como um todo, financiando pesquisas pautadas em necessidades sociais concretas e voltadas para a formulação ou aperfeiçoamento de políticas públicas socialmente relevantes.

As pesquisas desenvolvidas, por um lado, envolvem a universidade, e, por outro, organismos do setor público (empresas estatais, ministérios, secretarias estaduais e municipais e prefeituras), do terceiro setor (cooperativas, fundações, organizações não governamentais) e da iniciativa privada.

Esta avaliação permitiu a identificação do cunho evolucionista, multidisciplinar e desenvolvimentista da UFSC, demonstrando o crescimento do quantitativo de projetos e investimentos no decorrer do período, a gama de pesquisa desenvolvida, direcionada às mais diversas áreas de atuação e o desenvolvimento presente nesta explanação, visto que todo escopo analisado retorna de maneira positiva para a instituição.

5 | CONCLUSÃO

A atual conjuntura global envolta em um cenário de acentuadas mudanças econômicas, sociais e ambientais exige movimentos acelerados rumo à ampliação

do conhecimento. O desenvolvimento da pesquisa procura conciliar necessidades, anseios e interesses diferenciados em prol de soluções que beneficiem todos os segmentos e que as universidades incorporem às suas especificidades, qualificações e sujeitos, em um contexto voltado a valorização e ampliação do conhecimento.

Este artigo apresentou uma avaliação dos projetos de pesquisa apoiados pelas FAs no interior da UFSC durante o período de 2010 a 2014, demonstrando as áreas de produção de conhecimento realizada na instituição que contaram com o financiamento de órgãos públicos e privados. Nesta perspectiva buscou-se tecer um panorama da evolução, abrangência e multidisciplinaridade que envolve estes projetos, tomando como base para avaliação algumas premissas estabelecidas pelo SINAES.

Os dados disponibilizados nos sítios eletrônicos destas fundações demonstraram o panorama da pesquisa desenvolvida na UFSC com o intermédio destas parcerias. Com base nos dados pesquisados, observou-se que as parcerias com o setor privado estão ocupando espaços cada vez maiores no interior das universidades, contribuindo para a progressão do desenvolvimento da pesquisa científica, contudo os investimentos de natureza pública ainda são predominantes.

Esses investimentos são provenientes de grandes investidores e estão direcionados para áreas como a saúde e educação, as quais sofrem pela defasagem orçamentária proveniente do Estado, em países como o Brasil, de formação histórica recente, onde uma economia emergente coexiste com inúmeras desigualdades sociais. As pesquisas voltadas para estas áreas têm especial importância, possibilitando que parte da inteligência e do conhecimento acumulados nas universidades se volte para o atendimento das necessidades da população.

A predominância de investimentos públicos não surpreende pela constituição histórica das universidades públicas brasileiras, onde as parcerias com o setor privado são recentes. Mesmo apresentando valores expressivos, os valores das parcerias público/privadas ainda são baixos se comparados com os investimentos de natureza pública. Cabe, portanto, fortalecer os canais de interação com a iniciativa privada para a captação de maiores volumes financeiros e o desenvolvimento de novos projetos por meio destas parcerias, respeitando, é claro, os limites de atuação de cada esfera.

Analisando o contexto geral, os valores demonstrados pelas parcerias evidenciam que a captação de recursos pelas FAs é fundamental para o desenvolvimento da pesquisa na UFSC, uma vez que elas estabelecem uma espécie de ponte entre a universidade e seus parceiros externos. A valorização de cada parceria e de cada ente financiador é importante para a evolução da pesquisa e o aumento do volume de recursos à disposição da UFSC para o desenvolvimento de seus projetos e conseqüentemente, para a apresentação de soluções e resultados para a sociedade.

Por fim, como não se pretende encerrar a discussão deste tema nesta abordagem, seguem sugestões de ampliação do enfoque deste artigo, com estudos acerca da estrutura das pesquisas desenvolvidas na UFSC, a mão-de-obra utilizada, o prazo de desenvolvimento, a sua colaboração frente ao orçamento da instituição, quais os

setores mais atuantes no desenvolvimento social e ainda, a verificação dos resultados obtidos em relação aos objetivos estabelecidos no âmbito dos projetos de cada área, o que possibilitaria uma avaliação mais profunda do assunto e também uma análise mais aprofundada de dados de acordo com as premissas do SINAES.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, P. **A interação UFSC e PETROBRÁS para o desenvolvimento inovativo sob a óptica institucionalista evolucionária.** Tese de doutorado. orientador Silvio Antônio Ferraz Cário, co-orientador Pedro Antonio de Melo. Programa de Pós-graduação em Administração. UFSC, Florianópolis, 2016. 509 p.
- AZEVEDO, P. CÁRIO, S. A. F. MELO, P. A. **Cooperação universidade-empresa sob enfoque institucionalista-evolucionário: entraves e mecanismos facilitadores do processo nas universidades públicas de Santa Catarina.** XIV Colóquio Internacional de Gestão Universitária – CIGU A Gestão do Conhecimento e os Novos Modelos de Universidade Florianópolis – Santa Catarina – Brasil 3, 4 e 5 de dezembro de 2014.
- BRASIL. **Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994.** Dispõe sobre as relações entre as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio e dá outras providências.
- _____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm> Acesso em: 30 set. 2016.
- _____. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.** Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/10.861.htm> Acesso em 29 set. 2016.
- DIAS SOBRINHO, J. **Avaliação e transformações da educação superior brasileira (1995 - 2009): do provão ao SINAES.** Revista avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 15, n. 1, p. 195-224, mar. 2010.
- FAPEU. **Transparência, projetos em execução.** Disponível em:<<https://fap6.fapeu.org.br/scripts/fapeusite.pl/swfwfap151xx>> Acesso em: 2 jul. 2016.
- FAPESC. **Código de Boas Práticas Científicas.** Disponível em:<http://www.fapesp.br/boaspraticas/FAPESP-Codigo_de_Boas_Praticas_Cientificas_2014.pdf> Acesso em: 29 out. 2016.
- FEESC. **Gestão de projeto, projetos em execução.** Disponível em: <<http://www.feesc.org.br/site/?pg=projetos-em-execucao>> Acesso em: 2 jul. 2016.
- FEPese. **Projetos.** Disponível em: <http://novosite.fepese.org.br/?page_id=2698> Acesso em: 1 jul. 2016.
- FUNJAB. **Projetos.** Disponível em:<http://funjab.ufsc.br/wp/?page_id=2273> Acesso em: 1 jul. 2016.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. 7 tiragens. São Paulo: Atlas, 2002.
- GOUVEIA, A. B. SILVA, A. A. SILVEIRA, A. A. D. JACOMINI, M. A. BRAZ, T. P. **Trajatória da avaliação superior no Brasil: singularidades e contradições (1983-2004).** Estudos em Avaliação Educacional, v. 16, n. 31, jan. /jun. 2005.

GUIMARÃES, E. A. **Políticas de inovação: financiamento e incentivos**. In: DE NEGRI, J. A.; KUBOTA, L. C. Políticas de incentivo à inovação tecnológica no Brasil. Brasília: IPEA, 2008.

GUSSO, D. **A formação de agentes de inovação no Brasil: oportunidades e riscos em políticas públicas**. In: DE NEGRI, J. A.; KUBOTA, L. C. Políticas de incentivo à inovação tecnológica no Brasil. Brasília: IPEA, 2008.

JANKEVICIUS, J. V. **A pesquisa científica e as funções da Universidade**. Semina: v.16, n. 2, p.328-330, jun.1995. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/seminario/article/view/7056/6254>> Acesso em: 21 jun.2017.

KERR, C. **Os usos da universidade: universidade em questão**. 3. ed. Brasília, Editora UNB, 2005.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

MACHADO, C. J. S. **Desenvolvimento sustentável para o Antropoceno**. Rio de Janeiro: E-papers Serviços Editoriais Ltda, 2014.

SCHWARTZMAN, S. **Pesquisa universitária e inovação no Brasil**. In: Avaliação de políticas de ciência, tecnologia e inovação: diálogo entre experiências internacionais e brasileiras. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2008.

SILVA, C. C.; MACHADO, A. M.; RITTER FILHO, J. A.; PEREIRA, L. E. M.; SIMON, L. W.; RAMOS, A. M. **Análise dos projetos de ensino, pesquisa e extensão firmados pela UFSC com suas fundações de apoio no ano de 2015**. XVI Colóquio Internacional em Gestão Universitária. Arequipa, nov. 2016.

SINAES. **Orientações gerais para o roteiro da autoavaliação das instituições**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas educacionais Anísio Teixeira, INEP, Brasília, 2004. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/download/superior/sinaes/orientacoes_sinaes.pdf> Acesso em: 03 out. 2016.

_____. **Pró-reitoria de pesquisa - PROPESQ**. Site eletrônico. Disponível em: <<http://propesq.ufsc.br/home/>> Acesso em: 05 out. 2016.

_____. **Resolução Normativa nº 13/CUn/2011, de 27 de setembro de 2011**. Dispõe sobre as normas que regulamentam as relações entre a Universidade Federal de Santa Catarina e as suas Fundações de Apoio. Disponível em: <<http://dit.ufsc.br/files/2009/12/Resolu%C3%A7%C3%A3o-Normativa-13.pdf>> Acesso em: 25 jun. 2016.

_____. **Resolução Normativa nº 47/CUn/2014, de 16 de dezembro de 2014**. Dispõe sobre a atividade de pesquisa na Universidade Federal de Santa Catarina Disponível em: <http://propesq.ufsc.br/files/2013/08/Resolu%C3%A7%C3%A3o_Normativa_47-2.pdf> Acesso em: 24 ago. 2016.

VEGA, Roberto Ismael. **La Gestión de Lá Universidad: Planificación, estructuración e control**. 1o. ed. Buenos Aires: Biblos, 2009.

VIEIRA, R. L. B.; FREITAS, K. S. **O SINAES na universidade pública estadual: análise do processo de construção da avaliação interna na Universidade do Estado da Bahia (UNEB)**. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 18, n. 68, p. 443-464, jul. /set. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v18n68/03.pdf>>. Acesso em: 11 mar. 2017.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 14. Ed. São Paulo (SP): Atlas, 2013.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-461-0

